



# JORNAL DO MUNICÍPIO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

**Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XVII - Edição Nº 1903 - 02 de maio/2018**

## ATOS DA CVI

### PORTARIA Nº 070/2018

PRORROGA LICENÇA-PATERNIDADE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Secretário de Administração e Finanças e o Diretor Administrativo e de Finanças, Orçamento e Contabilidade da Câmara de Vereadores de Itajaí, por delegação do Senhor Presidente, Ver. Paulo Manoel Vicente, concedida através da Portaria nº 49, de 25 de janeiro de 2017 e, em consonância com o Art. 1º da Lei nº 6809, de 06 de novembro de 2017, resolvem:

PRORROGAR A LICENÇA-PATERNIDADE, concedida pela Portaria nº 068/2018 de 25 de abril de 2018, ao servidor NILSON DEBATIN, matrícula nº 78, ocupante do cargo de provimento efetivo de “Técnico de Manutenção em Informática”, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 26.04 a 10.05.2018.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Itajaí, 27 de abril de 2018.

**OSVALDO GERN**  
Secretário de Administração e Finanças

**ORLI CALBUSCH**  
Diretor Administrativo e de Finanças, Orçamento e Contabilidade

### ATO DA PRESIDÊNCIA N.02/2018

Regulamenta o uso parlamentar da tribuna e dá outras disposições.

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e,

CONSIDERANDO o art. 25, inciso II c/c inciso XXI, alínea “e”, da Resolução n. 564/2015 (Regimento Interno), e por conseguinte seus desdobramentos administrativos e legislativos;

CONSIDERANDO as deliberações plenárias e a soberania específica destas em determinados assuntos discutidos nesta Casa de Leis, sempre em observância estrita aos moldes regimentais;

CONSIDERANDO o bom andamento das atividades parlamentares, em consonância com os Princípios Constitucionais contidos objetivamente no art. 37, caput, da CRFB/88;

RESOLVE:

Art. 1º O uso da tribuna pelos Senhores Vereadores somente poderá ser feito por aqueles que se inscreverem pontualmente para tanto até às 19h da respectiva sessão ordinária.

Art. 2º Para a boa consecução dos trabalhos deverá ser considerado o horário de Brasília e o respectivo fuso horário incidente no Município de Itajaí, bem como o constante do relógio do sistema vinculado à Secretaria-Geral do Poder Legislativo.

Art. 3º Os casos omissos e demais deliberações sobre a inscrição para o uso parlamentar da tribuna serão decididos única e exclusivamente pela Presidência da Câmara de Vereadores, em respeito à sua atribuição regimental, cabendo recurso fundamentado e por escrito a ser encaminhado para esta, que será apreciado e emitida a decisão preferencialmente na mesma sessão.

Parágrafo único. A decisão da Presidência referente ao recurso de que trata o caput poderá ser exarada na sessão subsequente (quer seja ordinária ou extraordinária) a critério do Presidente da Câmara, conforme a complexidade da questão.

Art. 4º Revogam-se disposições em contrário, em especial o Ato da Presidência n. 02/2016, continuando vigentes apenas disposições não colidentes com este Ato.

Art. 5º Este Ato entra em vigor imediatamente após a publicação no átrio desta Casa de Leis,

devendo posteriormente ser publicado junto ao Jornal do Município (Imprensa Oficial) e disponibilizado junto ao site da Câmara de Vereadores.

Itajaí, 26 de abril de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

**PAULO MANOEL VICENTE**  
Presidente

### ATO DA PRESIDÊNCIA N.03/2018

Prevê aporte financeiro prévio para os custos de deslocamento dos veículos oficiais da Câmara de Vereadores de Itajaí em viagens de longa distância, conforme dotação orçamentária específica, e dá outras providências.

Art. 1º Nos deslocamentos com os veículos oficiais da Câmara de Vereadores, em viagens de longa distância, acima da autonomia do veículo, será disponibilizado adiantamento financeiro exclusivamente para eventuais gastos com combustível e manutenção do veículo oficial.

Art. 2º Os cálculos e o levantamento dos valores referentes aos deslocamentos dos veículos oficiais aos quais se refere este Ato, deverão ser realizados pelo setor contábil, levando-se em conta os valores médios do combustível no país, bem como a distância a ser percorrida, implementados em mais 100% (cem por) cento, apenas a título de disponibilidade para eventuais reparos mecânicos e de borracharia.

Art. 3º Os valores deverão ser disponibilizados previamente e serão depositados na conta corrente do servidor motorista indicado para realizar o percurso.

Art. 4º As despesas efetuadas terão a respectiva prestação de contas comprovadas por via de nota fiscal em nome da Câmara de Vereadores e os valores remanescentes deverão ser depositados na conta corrente deste Poder Legislativo local em até 48 (quarenta e oito) horas após o retorno.

Parágrafo único. Todos os documentos fiscais relacionados à despesa e à devolução de valores remanescentes deverão ser entregues ao departamento de contabilidade em até 48 (quarenta e oito) horas após o retorno, para a respectiva baixa.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data da sua assinatura devendo ser publicado imediatamente no átrio desta Casa, encaminhando-se posteriormente para a publicação oficial junto ao Jornal do Município.

Itajaí, 26 de abril de 2018.

**PAULO MANOEL VICENTE**  
Presidente

## ATOS DA FAMAÍ

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 103

#### 1. OBJETIVO

Definir a documentação necessária para avaliação de projetos de sistema de tratamento de efluentes sanitários no âmbito dos processos de licenciamento ambiental e estabelecer critérios para apresentação dos documentos, projetos, estudos e plantas na Fundação de Meio Ambiente de Itajaí – FAMAÍ.

#### 2. DEFINIÇÕES

- I - Efluente sanitário: Água residuária composta de esgoto doméstico, despejo industrial admissível a tratamento conjunto com esgoto doméstico e água de infiltração.
- II - Filtro anaeróbio: Unidade destinada ao tratamento de esgoto, mediante afogamento do meio biológico filtrante utilizada como tratamento primário de efluentes sanitários, em geral em conjunto com tanque séptico, projetado conforme especificações da ABNT NBR 13969.
- III - Tanque séptico: Unidade cilíndrica ou prismática retangular de fluxo horizontal, para tratamento de esgotos por processos de sedimentação, flotação e digestão, utilizada como tratamento primário de efluentes sanitários, nos termos da ABNT NBR 7229.
- IV - Sistema de tanque séptico: Conjunto de unidades destinadas ao tratamento e à disposição de esgotos, mediante utilização de tanque séptico e unidades complementares de tratamento, como filtros anaeróbios, e/ou disposição final de efluentes e lodo, nos termos da ABNT NBR 7229.
- V - Nível de tratamento preliminar: Remove apenas sólidos grosseiros, flutuantes e matéria mineral sedimentável. Os seguintes processos estão compreendidos no nível de tratamento preliminar, conforme seus objetivos: Grades; Desarenadores (caixas de areia); Caixas de retenção de óleo e gordura; Peneiras.
- VI - Nível de Tratamento Primário: Remove sólidos inorgânicos e matéria orgânica em suspensão. A DBO é removida parcialmente e os sólidos em suspensão quase que totalmente. Os seguintes processos estão compreendidos no nível de tratamento primário: Decantação primária ou simples; Reatores anaeróbios com baixa eficiência; Flotação; Neutralização; Precipitação

química com baixa eficiência.

- VII - Nível de Tratamento secundário: Esse nível de tratamento remove os sólidos inorgânicos e matéria orgânica dissolvida e em suspensão. A DBO e sólidos inorgânicos são removidos quase totalmente. Dependendo do sistema adotado, a eficiência de remoção é alta. Os seguintes processos estão compreendidos no nível de tratamento secundário: Processos de lodos ativados; Lagoas de estabilização (exceto lagoa aneróbia única); Reatores aneróbios com alta eficiência; Lagoas aeradas; Filtros biológicos; Precipitação química com alta eficiência.
- VIII - Nível de Tratamento terciário e avançado: Esse nível de tratamento é para obter um efluente de alta qualidade, ou a remoção de outras substâncias contidas nas águas residuais. Os processos de tratamento terciário são os seguintes: Filtros de areia, Remoção de nutrientes; Adsorção em carvão ativado; Osmose reversa; Oxidação química; Remoção de organismos patogênicos.
- IX - Sistema de Tratamento de Efluentes Simplificado: Para fins desta Instrução Normativa, entende-se como sendo um sistema simplificado, aquele que contemple tratamento em nível preliminar e primário. Ex: Caixa de Gordura + Tanque séptico + Filtro aneróbio entre outros.
- X - Sistema de Tratamento de Efluentes Completo: Para fins desta Instrução Normativa, entende-se como, aquele que contemple tratamento em nível preliminar, primário, secundário e terciário. Ex: Caixa de Gordura + Sistema de lodos ativados + desinfecção, entre outros.
- XI - Zona de mistura: região do corpo receptor, que se estende do ponto de lançamento do efluente, e delimitada pela superfície em que é atingido o equilíbrio de mistura entre os parâmetros físicos e químicos, bem como o equilíbrio biológico do efluente e os do corpo receptor.
- XII - Estudo de autodepuração: O estudo de autodepuração objetiva identificar se o sistema proposto atenderá aos requisitos expressos na legislação vigente, uma vez que o lançamento de efluentes em corpos de água, não poderá exceder as condições e padrões de qualidade de água estabelecidos para as respectivas classes, nas condições da vazão de referência ou volume disponível, além de atender outras exigências aplicáveis, com relação à eficiência.

### 3. INSTRUÇÕES GERAIS

- 3.1.** Cabe ao requerente e/ou representante legal acompanhar o andamento do processo e cumprir os prazos estipulados.
- 3.2.** Todos os documentos devem ser apresentados em protocolo único e na sequência das listagens constantes na presente Instrução Normativa.
- 3.3.** Os documentos apresentados, incluindo as plantas e os projetos, devem estar em conformidade com a legislação e as normativas aplicáveis, incluindo a norma vigente relativa ao Sistema de Coordenadas a ser utilizado.
- 3.4.** Os projetos e plantas necessários devem ser realizados, às expensas do contratante, por profissionais legalmente habilitados, contendo indicação expressa de seu nome, conselho, registro de classe, endereço e telefone, com o respectivo vínculo de responsabilidade técnica.
- 3.5.** O contratante e os profissionais que subscreverem os estudos e projetos são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções cabíveis.
- 3.6.** Imagens disponibilizadas gratuitamente pelo *Google Earth* podem ser apresentadas apenas para fins ilustrativos e não substituem os mapas e plantas elaborados por profissionais habilitados ou produzidos por órgãos oficiais.
- 3.7.** A FAMA não assumirá qualquer responsabilidade pelo não cumprimento de contratos entre o interessado e o projetista, nem aceitará como justificativa qualquer problema decorrente desse interrelacionamento.

### 4. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

- 4.1.** Esta Instrução normativa é para todos os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, exceto aqueles licenciados por meio de Autorização Ambiental (AuA) ou nos casos em que não haja a geração de efluentes sanitários ou estejam devidamente justificados:
- I.** A qualidade do efluente tratado deverá ser atestada por meio de apresentação de laudo de monitoramento **anual** ou sempre que for solicitado pelo órgão ambiental mediante justificativa técnica, ou expresso na Licença Ambiental. A supervisão técnica da operação do sistema de tratamento deverá ser realizada por profissional habilitado ou empresa especializada, seguindo as prerrogativas do Anexo n. 1.
- 4.2.** Para empreendimentos em que haja mais do que 50 (cinquenta) contribuintes ao sistema de tratamento de efluentes (Tabela 02) ou empreendimentos enquadrados nos seguintes códigos de atividades da Resolução CONSEMA n. 99/2017, com porte igual a M ou G (Tabela 01):
- ✓ 71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais;
  - ✓ 71.11.02 – Atividades de hotelaria;
  - ✓ 71.11.05 – Conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda;
  - ✓ 71.11.06 – Condomínios comerciais horizontais ou verticais;
  - ✓ 71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços);
- I.** O sistema de tratamento de efluentes sanitários deverá, obrigatoriamente, ser único, centralizado e contemplar minimamente tratamento preliminar, primário, secundário e terciário.

Tabela n. 01 – Sistemas de Tratamento de Efluentes aceitos no licenciamento ambiental.

Atividade	Porte P	Porte M ou G
71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais	Será aceito Sistema de Tratamento de Efluentes Simplificado	Obrigatório Sistema de Tratamento de Efluentes Completo
71.11.02 – Atividades de hotelaria		
71.11.05 – Conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda		
71.11.06 – Condomínios comerciais horizontais ou verticais		
71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)		

Tabela n. 02 – Sistemas de Tratamento de Efluentes aceitos no licenciamento ambiental.

Atividade	Até 50 contribuintes ou AuA	Acima de 50 contribuintes
Demais atividades da Resolução CONSEMA n. 99/2017, não constantes na Tabela 01.	Será aceito Sistema de Tratamento de Efluentes Simplificado	Obrigatório Sistema de Tratamento de Efluentes Completo
Atividades da Resolução COMDEMA n. 004/2015		

- 4.3.** Em áreas onde haja previsão de instalação de rede coletora de esgoto em um período máximo de 4 anos a partir do requerimento de licença ambiental, será aceito o sistema de tratamento simplificado independentemente do porte do empreendimento.

- 4.4.** Conforme estabelece a Resolução COMDEMA n. 005/2015, as atividades definidas na Tabela n. 01 estarão dispensadas da renovação da Licença Ambiental de Operação, quando já devidamente ligada à rede pública coletora de esgoto em operação.

- 4.5.** Nos casos de parcelamento do solo (loteamento) deverá ser atendida a Instrução Normativa n. 04/2017 do SEMASA, devendo-se apresentar o projeto aprovado pelo SEMASA, quando do requerimento de LAI.

- 4.6.** Caso haja o lançamento do efluente sanitário tratado diretamente em curso d'água ou indiretamente, desde que o corpo receptor esteja na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, deverá ser elaborado **um estudo de autodepuração deste efluente no corpo receptor**

- 4.7.** Os laudos de análises do efluente sanitário deverão ser protocolados junto à FAMA **todo mês de julho dos anos subsequentes ao ano de emissão da licença** independentemente da data de expedição da licença ambiental.

Ano de emissão da Licença Ambiental	Ano seguinte ao ano de emissão da Licença Ambiental
Não é obrigatória a apresentação dos laudos de análise do efluente sanitário.	Inicia a obrigatoriedade na apresentação dos laudos de análise do efluente sanitário no mês de julho.

- 4.8.** As coletas de efluente sanitário deverão ser efetuadas **minimamente 6 semanas após o serviço de limpeza** do sistema de tratamento.

- 4.9.** As declarações constantes nos Anexos 3, 4, 5 e 6 desta IN somente serão aceitas devidamente autenticadas em cartório, ressalvados os casos que se enquadram na Lei Estadual nº 16.741/2015.

- 4.10.** É vedada qualquer contribuição do sistema de drenagem ao sistema de tratamento de efluentes.

- 4.11.** É proibido o lançamento de efluente bruto no sistema de drenagem municipal.

- 4.12.** A tubulação da água pluvial na rede pública coletora deverá ser totalmente separada da tubulação de águas servidas, prevendo-se a futura implantação da rede pública de coleta de esgoto sanitário doméstico. As águas pluviais provenientes da cobertura em nenhuma hipótese poderão ser lançadas nas divisas laterais ou frontal do lote.

- 4.13.** Para novos empreendimentos com cobertura igual ou superior a 500,00 m², deverá ser adotado o Projeto de Reaproveitamento de Água Pluvial, conforme Lei Estadual nº 14675/2009, art. 218 e Lei Municipal nº 4799, de 18 de maio de 2007.

- 4.14.** A localização da lixeira deverá facilitar o acesso à coleta pública municipal e sua porta não poderá obstruir o passeio público, quando aberta.

- a) As lixeiras deverão conter divisória para separação de resíduo reciclável e não reciclável;
- b) Para o dimensionamento da lixeira, considerar o número de dias de acúmulo (n) igual a 02 (dois) dias, exceto nos casos autorizados pela FAMA;
- c) O projeto das lixeiras deverá cobertura e revestimento de material liso, lavável e impermeável, com ralo conectado ao sistema de tratamento de efluentes e torneira para limpeza, na área frontal da edificação. Deve-se utilizar a seguinte fórmula para dimensionamento da Lixeira:  $V = P \times 0,0115 \times n$ , onde 'V' é o volume útil da lixeira em m³, 'P' é o número de contribuintes e 'n' o número de dias de acúmulo.

### 5. INSTRUÇÕES PARA PROTOCOLO

Devem ser protocoladas unicamente todas as documentações constantes no item 6 desta Instrução Normativa. O protocolo das documentações deve ser direcionado ao processo de licenciamento ambiental ao qual se refere o sistema de tratamento em questão. Não será aceito o protocolo caso haja documentações faltantes ou se não for indicado claramente a qual processo de licenciamento se referem as documentações.

### 6. DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIAS

#### 6.1. Exigências para LAP:

- 6.1.1. Declaração expedida pelo SEMASA quanto à existência de rede coletora de esgoto operante na área para a qual se requer a licença ambiental prévia, em caso negativo, atestando se a área se encontra contemplada nas previsões de ampliação da rede de esgoto para os próximos quatro anos.
- 6.1.2. Proposta inicial de sistema de tratamento de efluentes sanitários, levando em consideração as disposições do item 3. Instruções Específicas desta Instrução Normativa.

#### 6.2. Exigências para LA:

##### Sistema de tratamento provisório

- 6.2.1. Planta baixa do canteiro de obras, em escala adequada para visualização e análise, indicando a localização das baías de armazenamento de RCC, do sistema de tratamento provisório projetado e o ponto de saída do efluente tratado;
- 6.2.2. Projeto do sistema de tratamento de efluentes sanitários provisório em escala adequada para visualização e análise;
- 6.2.3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional legalmente responsável pela elaboração do projeto.

##### Sistema de tratamento definitivo

- 6.2.4. Planta baixa do empreendimento, em escala adequada para visualização e análise, indicando a localização do sistema de tratamento definitivo projetado e o ponto de saída do efluente tratado;
- 6.2.5. Projeto do sistema de tratamento de efluentes sanitários definitivo em escala adequada para visualização e análise;
- 6.2.6. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional legalmente responsável pela elaboração do projeto;
- 6.2.7. Cronograma de implantação do sistema definitivo do tratamento de esgotos sanitários;
- 6.2.8. Declarações, conforme modelos constantes nos Anexos ns. 3, 4, 5 e 6, devidamente assinadas pelo responsável legal pela empresa requerente de LAI e pelo responsável técnico pelo projeto, autenticada em cartório.
- 6.2.9. Memória **descritiva e de cálculo** do sistema de tratamento projetado, deverá apresentar as unidades do sistema proposto, contendo minimamente as seguintes informações:



**JORNAL DO MUNICÍPIO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

**PREFEITURA DE ITAJAÍ**  
Rua Alberto Werner, nº 100 - Itajaí-SC

**Volnei José Morastoni**  
Prefeito Municipal

**Marcelo Almir Sodré de Souza**  
Vice-prefeito Municipal

**Marcelo Christian Roggia**  
Secretário Municipal de Comunicação Social

**Carlota de Oliveira Medeiros**  
Jornalista responsável  
JP 02593-SC

Instituído na forma dos parágrafos 1 e 3 do artigo 54, da Lei Orgânica, na redação introduzida pela Emenda nº 07/97, está regulamentado pelo Decreto nº 5838, de 09 de março de 1999, com a alteração do Decreto nº 7460, de 22 de abril de 2005.

- População teórica e de projeto;
- Vazão "per capita" de esgotos;
- Contribuição individual de carga orgânica;
- Vazão média (m<sup>3</sup>/dia) e máxima (m<sup>3</sup>/h);
- Cálculo das dimensões das unidades de tratamento;
- Cálculo de eficiência do tratamento proposto.

**6.3. Exigências para renovação de LAI**

- Relatório fotográfico detalhado referente à construção do sistema de tratamento de efluentes sanitários provisório, demonstrando claramente todas as unidades de tratamento implantadas, suas dimensões físicas e indicação da direção dos fluxos do sistema;
- Tabela contendo todas as últimas limpezas do sistema provisório que se tiver registro (período máximo de 4 anos), conforme modelo constante no Anexo n. 2.
- Caso já tenha havido a construção do sistema definitivo: Relatório fotográfico detalhado referente à construção do sistema de tratamento de efluentes sanitários, demonstrando claramente todas as unidades de tratamento implantadas, suas dimensões físicas e indicação da direção dos fluxos do sistema.
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional legalmente responsável pela elaboração do Relatório de construção do sistema provisório e do Relatório de construção do sistema definitivo.

**6.4. Exigências para LAO:**

- Relatório fotográfico detalhado referente à construção do sistema de tratamento de efluentes sanitários, demonstrando claramente todas as unidades de tratamento implantadas, suas dimensões físicas e indicação da direção dos fluxos do sistema;
- No caso de sistema de tratamento subterrâneo: Laudo de estanqueidade do sistema, a ser efetuado, obrigatoriamente, antes do aterramento do sistema e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional legalmente responsável pelo laudo. Caso seja encontrado algum ponto do sistema com vazamento, o problema deve ser sanado antes do aterramento;
- Manual de operação e de ações emergenciais, no caso de falhas no sistema de tratamento;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional legalmente responsável pela **execução** do sistema de tratamento de efluentes sanitários.

**6.5. Exigências para renovação de LAO**

- Relatório técnico conclusivo e interpretativo referente às condições atuais do sistema de tratamento de efluentes, conforme modelo constante no Anexo n. 2.

**6.6. Exigências para LAOC:**

- Planta baixa do empreendimento, em escala adequada para visualização e análise, indicando a localização do sistema de tratamento projetado e o ponto de saída do efluente tratado, indicando inclusive a coordenada UTM (SIRGAS 2000) deste ponto;
- Manual de operação e de ações emergenciais, no caso de falhas no sistema de tratamento;
- Relatório técnico conclusivo e interpretativo referente às condições atuais do sistema de tratamento de efluentes, conforme modelo constante no Anexo n. 2;
- Caso sejam necessárias melhorias no sistema de tratamento, deverá ser apresentado o cronograma de obras devidamente justificado.

**6.7. Exigências para LAUA:**

Caso seja um empreendimento a ser construído:

- Planta baixa do empreendimento, em escala adequada para visualização e análise, indicando a localização do sistema de tratamento projetado e o ponto de saída do efluente tratado;
- Projeto do sistema de tratamento de efluentes sanitários em escala adequada para visualização e análise.

Caso seja a regularização de um empreendimento já em operação:

- Relatório técnico conclusivo e interpretativo referente às condições atuais do sistema de tratamento de efluentes, contendo minimamente:
  - Avaliação das condições físicas e estruturais do sistema de tratamento. Aparentamento de necessidades de manutenção (e.g. troca dos caps das tampas de inspeção);
  - Tabela contendo todas as últimas limpezas do sistema que se tiver registro (período máximo de 4 anos), conforme modelo em anexo;
  - Caso sejam necessárias melhorias no sistema de tratamento, deverá ser apresentado o cronograma devidamente justificado.

**7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando estabelecido um prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação para que os requerentes se adequem às novas exigências quando do protocolo de novos processos de licenciamento ambiental protocolados na Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI.

**8. ANEXOS****Anexo n. 1: Exigências para os laudos de análises de efluentes sanitários:**

- O laudo de análises deverá contemplar tanto o efluente bruto quanto o tratado.
- Deverão ser avaliados os seguintes parâmetros **(a)** pH, **(b)** temperatura, **(c)** óleos e graxas (óleos vegetais e gorduras animais), **(d)** oxigênio dissolvido (OD), **(e)** demanda bioquímica de oxigênio (DBO), **(f)** materiais sedimentáveis.
- As amostras de efluente a serem analisadas deverão coletadas em caixas de inspeção a montante e a jusante do sistema de tratamento.
- As análises deverão ser efetuadas por laboratório devidamente credenciado pela FATMA ou pelo INMETRO quando couber.
- Os resultados das análises das amostras devem obrigatoriamente ser acompanhados de ficha de recebimento de amostras (*check list*) emitida pelo laboratório, cadeia de custódia referente às amostras e croqui georreferenciado indicando as coordenadas planas (SIRGAS 2000) dos pontos de coleta.

**Anexo n. 2: TR para Relatório para LAO/LAO Corretiva**

- Introdução

Caracterizar o efluente a ser tratado. Apresentar dados de vazão média diária de esgoto gerado. Indicar o número total de pessoas que o sistema atende. Caracterizar o sistema existente, indicando as unidades de tratamento implantadas e seus volumes. Apresentar justificativa técnica para o dimensionamento adotado.

- Laudo de análises

Apresentar em tabela, conforme modelo abaixo, síntese dos laudos de análises laboratoriais do efluente bruto e tratado. Os laudos deverão ser encaminhados em anexo ao relatório.

Data da coleta	Efluente	DBO	DQ	OD	Óleos/Graxas	Nitrogênio	Materiais Sedimentáveis	Atendimento aos padrões de lançamento
22/02/2014	Bruto	160	190	1,2	20	20	20	SIM
22/02/2014	Tratado	28	62	5,1	< 20	18,2		NÃO

- Limpeza do sistema

Apresentar em tabela, conforme modelo abaixo, síntese das últimas limpezas do sistema de tratamento. Os comprovantes deverão ser encaminhados em anexo ao relatório.

Data da limpeza	Empresa executora	LAO	Certificado
22/02/2014	Esgonew	1044/2012	1905287
17/05/2015	Esgoxis	283/2015	62548

- Interpretação dos resultados

Informar se os parâmetros do efluente bruto estão em consonância com o esperado a partir da caracterização do efluente. Avaliar a eficiência do sistema no tratamento/remoção de cada um dos parâmetros sob análise. Informar o atendimento à Resolução CONAMA n. 430/2011 e Lei Estadual n. 14.675/2009. No caso de desconformidade apresentar plano de adequações ao sistema de tratamento de efluentes sanitários.

- Relatório fotográfico

Apresentar registro fotográfico do sistema de tratamento. Avaliação das condições físicas e estruturais do sistema de tratamento. Aparentamento de necessidades de manutenção (e.g. troca dos caps das tampas de inspeção).

- Conclusão

Apresentar conclusão acerca do sistema de tratamento.

**Anexo n. 3: Modelo de declaração de responsabilidade**

Os(as) declarantes, abaixo identificados(as), em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 9.605/1998 e no Decreto Federal n. 6.514/2008 e ciente das aplicações relativas à legislação administrativa, civil e penal, declaram para fins de comprovação junto à Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI que

- As informações prestadas neste protocolo são integralmente verdadeiras e seguem o disposto na instrução normativa n.103.
- Possuem pleno conhecimento de que este protocolo pode ser recusado ou o requerimento indeferido caso eu tenha apresentado informações falsas ou incompletas.
- Possuem plena ciência de que caso tenham deliberadamente apresentado informações falsas ou tendenciosas visando a obtenção de licença ambiental estarão incorrendo em crime ambiental e sujeito às sanções administrativas e criminais previstas no Decreto Federal n. 6.514/2008 e na Lei Federal n. 9.965/1998, incluindo pena de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

**Identificação do empreendedor**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

**Dados do empreendimento/atividade**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

NÚMERO: \_\_\_\_\_ COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: **SC**

**Identificação do(a) Responsável legal**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável legal: \_\_\_\_\_

**Identificação do(a) Responsável Técnico(a)**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

Nº. REG. CONSELHO: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável técnico(a): \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**Anexo n. 4: Modelo de declaração referente ao sistema tratamento dos efluentes sanitários**

Os(as) declarantes, abaixo identificados(as), em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 9.605/1998 e no Decreto Federal n. 6.514/2008 e ciente das aplicações relativas à legislação administrativa, civil e penal, declaram para fins de comprovação junto à Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI que estão cientes de que o sistema de tratamento dos efluentes sanitários proposto para este empreendimento deverá atender as condições, parâmetros e padrões de emissão dos efluentes estabelecidos pela Resolução CONAMA Nº 357/2005, 430/11 e Lei 14675/2009, quando lançado ao corpo receptor como: rede de drenagem pluvial, córregos, rios e ribeirões. Não há contribuição do sistema de drenagem na rede coletora de efluentes ou efluente bruto diretamente na rede de drenagem municipal.

Declaram ainda, que caso os parâmetros de emissão dos efluentes não atenderem o estabelecido pela legislação acima citada, estão cientes de que o sistema de tratamento dos efluentes sanitário deverá ser aprimorado.

**Identificação do empreendedor**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

**Dados do empreendimento/atividade**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

NÚMERO: \_\_\_\_\_ COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: **SC**

**Identificação do(a) Responsável legal**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável legal: \_\_\_\_\_

**Identificação do(a) Responsável Técnico(a)**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

Nº. REG. CONSELHO: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável técnico(a): \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**Anexo n. 5: Modelo de declaração referente à lixeira para o acondicionamento temporário dos resíduos sólidos com características domiciliares**

Os(as) declarantes, abaixo identificados(as), em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 9.605/1998 e no Decreto Federal n. 6.514/2008 e ciente das aplicações relativas à legislação administrativa, civil e penal, declaram para fins de comprovação junto à Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAÍ que estão cientes de que o projeto da lixeira para o acondicionamento temporário dos resíduos sólidos com características domiciliares apresentado no projeto hidrossanitário diverge do projeto arquitetônico, ressaltando, entretanto, a execução da lixeira de acordo com o projeto hidrossanitário.

**Identificação do empreendedor**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

**Dados do empreendimento/atividade**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

NÚMERO: \_\_\_\_\_ COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: **SC****Identificação do(a) Responsável legal**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável legal: \_\_\_\_\_

**Identificação do(a) Responsável Técnico(a)**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

Nº. REG. CONSELHO: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável técnico(a): \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Anexo n. 6: Modelo de declaração referente à execução de laudo de estanqueidade do sistema de tratamento de efluentes**

Os(as) declarantes, abaixo identificados(as), em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 9.605/1998 e no Decreto Federal n. 6.514/2008 e ciente das aplicações relativas à legislação administrativa, civil e penal, declaram para fins de comprovação junto à Fundação do Meio Ambiente de Itajaí – FAMAÍ que estão cientes de que anteriormente ao aterramento do sistema de tratamento de efluentes sanitários, as unidades de tratamento subterrâneas deste sistema serão submetidas a um ensaio de estanqueidade. Caso seja encontrado algum ponto do sistema com vazamento, o problema deve ser sanado antes do aterramento.

**Identificação do empreendedor**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

**Dados do empreendimento/atividade**

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

LOGRADOURO: \_\_\_\_\_

NÚMERO: \_\_\_\_\_ COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: **SC****Identificação do(a) Responsável legal**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável legal: \_\_\_\_\_

**Identificação do(a) Responsável Técnico(a)**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

Nº. REG. CONSELHO: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável técnico(a): \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**ATOS DO IPI****APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 005/2017**

PRESTADOR DE SERVIÇO: BANCO DO BRASIL S.A.

Com fundamento no art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, exped-se a presente APOSTILA ao Contrato nº 005/2017, firmado em 28 de abril de 2017, cujo objeto é PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO E CUSTÓDIA QUALIFICADA E CONTROLADORIA DE ATIVOS NO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA SELIC E NA SETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS registrando o seguinte:

O reajuste com base no IPCA - IBGE, no percentual de 2,6806600% (Dois vírgula sessenta e oito por cento), referente ao acumulado nos 12 meses anteriores, totalizando a importância de R\$ 93,82 (Noventa e três reais e oitenta e dois centavos) sobre o valor mensal do contrato, passando o mesmo de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) para R\$ 3.593,82 (Três mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e dois centavos).

Valor total a ser acrescido ao contrato, decorrente do reajuste, até o final do exercício de 2018 é de R\$ 1.125,84 (Hum mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Itajaí, 27 de abril de 2018.

**JANE DE FÁTIMA GOMES FURTADO****Diretora Presidente Interina do Instituto de Previdência de Itajaí.****PORTARIA Nº 102/18**

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, alínea “i”, da Lei nº 3742/02, considerando o requerimento da servidora ANDREA CRISTINA SARMENTO, matrícula nº 849901, ocupante do cargo efetivo de Professor, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 056/2012, publicada em 30 de março de 2012, nos termos que segue:

DEFERIR em favor da servidora ANDREA CRISTINA SARMENTO, matrícula nº 849901, ocupante do cargo efetivo de Professor, AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/ CONTRIBUIÇÃO, prestados junto ao Município de Itajaí SC, pelos períodos compreendidos entre 01/04/1985 a 11/07/1985, correspondendo a 00 ano(s) 03 mês(es) e 11 dia(s), entre 12/07/1985 a 16/01/1986, correspondendo a 00 ano(s) 06 mês(es) e 05 dia(s), entre 03/03/1986 a 31/05/1989, correspondendo a 03 ano(s) 02 mês(es) e 28 dia(s), e entre 01/03/1991 a 20/12/1991, correspondendo a 00 ano(s) 09 mês(es) e 20 dias(s); e junto a KJ Serviços Temporários LTDA, correspondendo a 00 ano(s) 04 mês(es) e 20 dia(s); totalizando 1917 (um mil, novecentos e dezessete) dias, correspondendo a 05 ano(s) 03 mês(es) e 02 dia(s), conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitida sob protocolo nº 20021050.1.00027/12-3, em 25 de abril de 2018;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 27 de abril de 2018.

**JANE DE FÁTIMA GOMES FURTADO****Diretora Presidente Interina  
Instituto de Previdência de Itajaí****PORTARIA Nº 103/18**

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, alínea “i”, da Lei nº 3742/02, RESOLVE conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005, ao servidor GUIDO HUBES, matrícula nº 1726001, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, Categoria “5”, Faixa “I”, Padrão “L” de vencimentos, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.